



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2019
PROTOCOLO Nº 5.931

LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO (BLOCOS DE RECEITUÁRIOS, LAUDOS, ETC.) PARA ATENDER AOS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS.

- **INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 17/04/2019 às 12:00 (doze horas).

- **LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 03/05/2019 às 12:00 (doze horas).

- **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 03/05/2019 às 12:05 (doze horas e cinco minutos).

- **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Dia 03/05/2019 às 13:00 (treze horas).

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

- **TEMPO DA DISPUTA:** O tempo inicial da disputa será encerrado por decisão do(a) Pregoeiro(a), seguindo-se um tempo aleatório de até 15 (quinze) minutos.

- **SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** www.licitanet.com.br

- **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na *internet*, nos sites www.licitanet.com.br e www.patosdeminas.mg.gov.br, ou na sala da Gerência de Compras e Licitação, à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, de 12:00h até 18:00 horas.

- **ESCLARECIMENTOS:** *e-mail* licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, telefones (34) 3822-9642 / 3822-9840 / 3822-9607, ou na sala da Gerência de Compras e Licitações.

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.



PREÂMBULO

O Município de Patos de Minas/MG, com endereço à Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado – Patos de Minas/MG, CEP 38.700-900, inscrito no CNPJ sob o nº18.602.011/0001-07, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Administrativo nº 98/2019, licitação** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 33/2019**, do tipo **menor preço por item/lote**, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21-06-93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520 de 17-07-02, Lei Estadual nº 14.167 de 10-01-02, Decretos Municipais nº 4.288 de 12-04-17, 4.281 de 30-03-17 e 4.157 de 11/05/216, Lei Complementar nº 123 de 14-12-06 e suas alterações e Portaria n.º 4.084 de 11/09/2018 e demais condições fixadas neste edital. **Este procedimento licitatório será exclusivo para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade e atendendo ao disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nos artigos 38 e 39 da Lei Complementar Municipal nº 355/2011.**

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Patos de Minas/MG e Equipe de Apoio, legalmente designados pela Portaria nº 4.084 de 11/09/2018, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a “Plataforma LICITANET – Licitações On-Line” constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

II – OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO para Aquisição parcelada de material gráfico (blocos de receiptários, laudos, etc.) para atender aos diversos setores do município de Patos de Minas.

Havendo qualquer divergência entre as especificações dos equipamentos constante do sistema LICITANET e as presentes neste edital, prevalecerão as últimas.



Para cumprimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, o lote 01 será de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

III - ÁREA SOLICITANTE

Fundo Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Administração

Advocacia Geral do Município

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal do Idoso

Fundo Municipal do Patrimônio Cultural

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

IV - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1- Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, nos *site*: www.licitanet.com.br e <http://187.72.229.145:8444/governa-transparencia-eb/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml>. permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada (andar térreo) do Edifício-Sede da Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG. Caso haja interesse em adquirir o **edital impresso**, o licitante deverá procurar o Setor de Xerox da Prefeitura, situado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº. 151, 1º andar, onde será cobrado por folha xerocada.

2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos *sites* www.licitanet.com.br e <http://187.72.229.145:8444/governa-transparencia-eb/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml>, bem como as publicações no Diário Oficial "Minas Gerais", Diário Oficial da União, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 - Impugnações e esclarecimentos aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, inclusive licitante até 2 (dois) dias úteis que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, ou protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição.



3.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.2 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

3.3 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4 - A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 01 (um) dia útil, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4 - As respostas às impugnações solicitadas serão disponibilizadas nos sites www.licitanet.com.br e <http://187.72.229.145:8444/governa-transparencia-eb/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml> para conhecimento de todos os interessados.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação, toda e qualquer Pessoa Jurídica (**ME/EPP OU EQUIPARADAS**), que seja credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O licitante deverá estar devidamente cadastrado junto à **LICITANET – Licitações On-line**, no sítio www.licitanet.com.br.

1.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (www.licitanet.com.br).

1.4. O referido pagamento/remuneração que será realizado ao detentor da plataforma eletrônica possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei Federal nº 10.520/02.



1.5. Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do aplicativo, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

3 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:

3.1 - Empresas em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).

3.2 - Empresas que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar neste Município ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal. Será consultado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> a situação da empresa.

3.3 - Quaisquer servidores públicos vinculados ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

3.4 - Empresas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública;

3.5 - Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 180 (cento e oitenta) dias, anteriores à data da publicação deste edital.

3.6 - Empresas em consórcio¹;

3.7 – Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

1

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão Eletrônico.



4 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

VI - PROPOSTA COMERCIAL

1 - A Proposta Comercial, contemplando o **valor do item/lote**, deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas.

1.1 - Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o **valor do item/lote**;

1.2 - Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, **com no máximo 03(três) casas decimais**;

1.3 - O licitante deverá formular os lances referentes à integralidade do lote, não se admitindo propostas para fornecimento parcial;

1.4 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa(ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP;

1.5 - A proposta e os lances deverão conter todos os tributos inerentes ao produto/serviço ofertado.

2 - As Propostas Comerciais registradas no sistema, pelos licitantes, poderão ser substituídas ou excluídas até a data e horário definido no Edital para sua abertura.

3 - O licitante classificado, detentor da proposta de menor preço, deverá encaminhar ao(a) Pregoeiro(a), por email: licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, em até 4 (quatro) horas após o encerramento da sessão do Pregão, sua Proposta Comercial **AJUSTADA AO PREÇO FINAL**.

4 - A Proposta Comercial, ajustada ao preço final, poderá ser apresentada conforme Modelo do **Anexo II**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, *e-mail* e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões



ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:

4.1 - Descrição completa do objeto (marca/modelo) dos produtos/serviços ofertados, conforme especificações constantes dos Anexos I e II.

4.2 - Preço unitário e preço total de cada lote, expressos em numeral;

4.3 – O número do CNPJ deve ser o do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal eletrônica referente ao objeto licitado, indicação essa, indispensável para emissão do termo contratual, empenho da despesa e realização do pagamento nos termos do Título XV, deste edital.

5 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

6.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Patos de Minas.

6.2 - A prorrogação das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

9 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

10 - O preço do item/lote deverá ser cotado considerando-se a entrega/prestação do produto/serviço conforme descrito no Projeto Básico/Termo de Referência, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.



VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A licitante deverá apresentar a documentação abaixo relacionada para habilitação no certame:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- j) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

² **NOTA EXPLICATIVA:** O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



k) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

l) Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo ANEXO III;

m) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

Deverá apresentar ainda:

a) Declaração do Anexo IV; **(se for o caso)**

b) Declaração do Anexo VII.

2 - O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a), b), c) ou d) deste Título (VII) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

2.1 – Os documentos descritos nas alíneas a), b), c) ou d) podem ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.) emitido pelo Município de Patos de Minas/MG em vigor; sendo que o ramo de atividade também deverá ser compatível ao objeto deste edital;

3 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o



M.P.M.G(Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei Federal 8.666/93.

4 - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

5 - O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação;

5.1 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro (a), ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei Federal 8.666/93, com exceção dos extraídos pela intranet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

5.2 - O(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.

5.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

5.4 - O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se houver, observadas as penalidades cabíveis.

6 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para o pagamento, se for o caso):

6.1 – Se o licitante for à matriz³, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

6.2 – Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à

³ NOTA EXPLICATIVA: Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for a empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.



Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

6.3 – Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7 – O licitante que ofertar o menor preço por lote e que não apresentar todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, poderá ser inabilitado, não se admitindo complementação posterior ao prazo máximo, estabelecido neste edital, para a apresentação da documentação, de acordo com o Título VII, item 8 e seus subitens;

8 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame na sessão do Pregão, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. A licitante declarada vencedora será notificada para no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularizar a documentação;

8.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

8.3 - A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas no subitem 9.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, com base no art. 81 da Lei Federal no 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9 - As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações;

10 - As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão Eletrônico;



11- Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital e seus anexos, será declarado pelo(a) Pregoeiro(a) o vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto;

12 - Caso o proponente não atenda às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato e/ou outro documento equivalente com o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;

13 - Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

14 - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou sua ausência, inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no item 8 subitem 8.3.

VIII - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

1 - O critério de julgamento será o de **menor valor total do item/lote**, devendo ser observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 - Será desclassificada a Proposta Comercial que:

2.1 - não se refira à integralidade do objeto;

2.2 - não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

2.3 - que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93;

2.3.1 – Se o Pregoeiro(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos;

2.3.2 – Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

2.4 - não indicar expressamente a **marca** do produto ofertado, ou acrescentar expressões como “referência”, “similar” ou “conforme nossa disponibilidade de estoque”.



3 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

3.1 - Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com (o)a Pregoeiro(a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

3.1.1 - Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

3.2 - Serão desconsiderados valores a partir da segunda casa decimal.

4 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

IX - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento a **LICITANET – Licitações On-line**.

1.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao e-mail **contato@licitanet.com.br**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

1.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

1.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.



X - PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos à fl. 1 deste edital.

1.1 - Informações relativas aos dados para acesso e encaminhamento da proposta, devem ser feitas na página inicial do *site* www.licitanet.com.br, opção “**Acessar Sistema**”.

2 - Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.

3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital.

3.1 - O licitante deverá acessar o menu **Disputa** no campo correspondente, disponível na página inicial do *sistema*;

3.2 - O licitante poderá clicar no ícone “Sala de Disputa” para visualizar a relação dos lances, seus valores, bem como o valor do menor lance;

3.3- O sistema não divulgará a razão social das empresas licitantes.

4 - A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

6 - Durante o transcurso da etapa de lances, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema.

7 - O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o lote.

8 - Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese do licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.



9 - Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

10 - A etapa inicial de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), **após a qual transcorrerá período de tempo randômico de até 15 (quinze) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, durante o qual ainda será possível o encaminhamento de lances.**

10.1 - Encerrado o tempo randômico, automaticamente, pelo sistema, estará encerrada a recepção de lances.

11 - Havendo desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e será reiniciada, somente após marcação de nova data e horário, através de comunicação expressa aos licitantes.

12 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances e identificará o licitante que estiver nas condições de ME ou EPP.

13 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

14 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

14.2 - Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

14.3 - Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 13 deste título, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.



14.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

14.5 - Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

14.6 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

15 - As etapas seguintes serão realizadas ainda na “sala de disputa” através da aba “Pendente”.

16 – Não serão adquiridos produtos/serviços que estiverem acima do valor de referência desta licitação.

17 - O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tiver apresentado o lance de menor preço via Chat, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

18 - O licitante detentor do menor preço poderá negociar com o(a) Pregoeiro(a) logo que o mesmo clicar no botão “Negociação”, podendo dar lances no local apropriado;

19 - Os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a), via Sistema, acessando “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Essa opção ficará disponível até o momento em que o(a) Pregoeiro(a) declarar o licitante vencedor do lote. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata Parcial”;

20 - Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos no “Chat Mensagens”;

21 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos;

22 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, o licitante deverá encaminhar ao(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação:

22.1 - No prazo máximo de 4 (quatro) horas após encerrada a sessão do Pregão, via email: licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br:

- Documentação de Habilitação prevista no Título VII;



- Proposta Comercial ajustada ao preço final (se for o caso: planilhas, prospecto, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s)),
- Declaração do Anexo IV juntamente com: se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa; conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC ou Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa .
- Declaração do Anexo VII

22.1.1 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro (a), ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei 8.666/93, com exceção dos extraídos pela intranet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

22.2 - O(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.

22.3- Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

23 - Após a análise da proposta e da documentação enviada via email, o(a) Pregoeiro(a) poderá declarar o vencedor da disputa no sistema.

24 - Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **10 (dez) minutos** clicando no botão **RECURSO**.

24.1 - O licitante interessado em recorrer deverá manifestar, **motivadamente**, a intenção de interpor recurso em local próprio sua intenção com registro da síntese das suas razões, **exclusivamente** via sistema, durante o prazo estipulado no Item 24, imediatamente posteriores ao ato do(a) Pregoeiro(a) que declarou o vencedor do certame, **sob pena de decadência do direito de recurso;**

a) Ao(a) Pregoeiro(a) caberá o juízo de admissibilidade.



a.1) Não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) Aceito o recurso pelo(a) Pregoeiro(a), será facultado ao licitante juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis**.

c) Aos demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

24.2 - O licitante cuja Proposta Comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

25 - No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

25.1 - Nessa etapa o(a) Pregoeiro(a), também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Município de Patos de Minas.

25.2 - Existindo ME ou EPP remanescente, no intervalo do empate ficto, ocorrendo a hipótese do *caput*, voltar-se-á a etapa correspondente ao subitem 14.1 deste título.

26 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando a mesma disponível para consulta no *site* www.licitanet.com.br;

26.1 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão complementar as informações da Ata gerada pelo sistema LICITANET, por meio de Ata Interna, que será juntada aos autos referentes ao certame;

27 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

XI - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1 - Os licitantes que tiverem manifestado, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), após a declaração do vencedor, nos termos



do item 22 do Título X, deverão apresentar suas razões no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte à sua manifestação.

1.1 - Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

1.2 - No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos.

1.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

2 - O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

2.1 - ser dirigido aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), no prazo de até 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 1 deste Título;

2.2 - ser dirigido aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), nos casos de anulação ou revogação, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**;

2.3 - O recurso deverá ser preferencialmente apresentado de forma eletrônica (email: licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br), acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública) ou ainda protocolado no setor de Protocolos do Município localizado na rua Dr. José Olympio de Melo nº 151, 1º andar, bairro Eldorado, Patos de Minas-MG, CEP:38.700-900 dirigido a Pregoeira, que encaminhará a procuradoria para análise e posteriormente a Autoridade Superior.

2.4 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por recursos endereçados por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

2.6 - O email do recurso em conformidade com o item 2.3 deste edital será impresso e juntado ao processo, sendo considerado devido e protocolado.

3 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem 2.4 acima.



4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5 - A decisão acerca de recurso interposto será comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico e divulgado no *site* desta Prefeitura e também no www.licitanet.com.br.

XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII - DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.

1.1 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato ou instrumento equivalente.

1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

1.3 - Para assinatura do contrato/instrumento equivalente, poderá ser solicitado do licitante vencedor cópia autenticada de N.F(s) que comprove(m) o fornecimento do objeto informado no Atestado de Capacidade Técnica, que deverá (ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da solicitação, sob pena de não assinatura do contrato/instrumento equivalente e demais sanções legais.

2 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da expedição da comunicação para tal.

3 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



XIV - DA FISCALIZAÇÃO

A gestão da ata de registro de preços será realizada pelo(a) Gerente de Suprimentos da Saúde.

A fiscalização dos serviços serão responsabilidades dos servidores Vilmar Antunes dos Reis e Helaine Cristina dos Reis. neste ato denominados fiscais, os quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93).

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei Federal nº 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos/serviços em desacordo com o Contrato.

XV - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1 - São obrigações da CONTRATADA:

1.1 – Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.

1.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;

1.3 – Entregar/Prestar os objetos/serviços no local e prazo estipulado;

1.4 - Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.

1.5 Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato;

1.6- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato;

1.7- Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;



- 1.8- Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- 1.9- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;
- 1.10- Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;
- 1.11- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 1.12- Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.
- 1.13 – Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

2- São obrigações da CONTRATANTE:

- 2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar o produto em desacordo com as especificações;
- 2.2 - Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;
- 2.3 - Fiscalizar se os produtos estão sendo entregues conforme as especificações e exigências estabelecidas no contrato;
- 2.4 - Emitir Nota de empenho em favor da Contratada;
- 2.5 - Realizar o pagamento dos produtos, nos termos do contrato.
- 2.6 - Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.



XVI - DO PAGAMENTO

1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, item do contrato, nº do contrato, preço unitário e preço total do(s) objeto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo setor competente da Contratante, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal/Seguridade Social (CND CONJUNTA), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça Trabalhista (CNDT) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas.

3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

4- A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

5- As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços (Anexo II do edital) e documentos apresentados para habilitação, conforme exigido em edital.

6 - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitarem, com as disposições da Lei 8.666/93.

XVII – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes com a aquisição dos materiais gráficos, objeto desta licitação, correrão no exercício de **2019** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, **informada pelo órgão requisitante conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias:**



- * Dotação 836/2019 - Conselho Municipal do Idoso / Fonte: 100.000;
- * Dotação 1136/2019 - Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência / Fonte: 100.000;
- * Dotação 797/2019 - Aprimoramento da Gestão do SUAS / Fonte: 01.029.124;
- * Dotação 1057/2019 - Desenvolvimento do CadÚnico / Fonte: 01.029.122;
- * Dotação 415/2019 - Gestão Administrativa / Fonte: 100.000;
- * Dotação 125/2019 - Assistência Jurídica ao Município /Fonte: 100.000;
- * Dotação 2421/2019 - Gestão da Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural /Fonte: 100.000;
- * Dotação 2239/2019 - Gestão da Biblioteca, Teatro e Conservatório Municipal / Fonte: 100.000;
- * Dotação 2283/2019 - Centro de Arte e Esporte Unificado – CEU / Fonte: 100.000;
- * Dotação 4426/2019 - Manutenção da Rede de Serviços de Atenção Básica / Fonte: 01.048.100;
- * Dotação 1680/2019 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento / Fonte: 01.002.000;
- * Dotação 1576/2019 - Manutenção dos Serviços de Especialidades Médicas / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1548/2019 - Manutenção do Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE / Fonte: 01.055.217;
- * Dotação 1744/2019 - Manutenção da Assistência Farmacêutica / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1812/2019 - Manutenção do Programa Permanente de Combate à Dengue / Fonte: 01.050.101;
- * Dotação 1589/2019 - Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1774/2019 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária / Fonte: 01.050.102;

XVIII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - ÀS LICITANTES:

1.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 20% e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, do art. 7º da Lei nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução/prestação de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.



1.2 - Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

2 - À CONTRATADA:

2.1 - Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

2.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;

d) multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo;

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.



2.3 - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

XIX - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 - O setor gerenciador da Ata de Registro de Preço, gestor/fiscal das contratações dela decorrentes, será a Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial;

2 - Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

2.1 – Os preços registrados são fixos e irreatáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e no artigo 13 do Decreto Municipal nº. 4157/2016 e suas alterações.

3 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, o Município convocará os classificados para assinarem a Ata de Registro de Preço, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, observado o prazo de validade da proposta, nos termos do item 5 do Título VI, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93.

4 - Se os licitantes classificados, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a Ata de Registro de Preço, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial, o(a) Pregoeiro(a), examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

5 - A Ata de Registro de Preço terá validade improrrogável de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

5.1 – Publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a Ata de Registro de Preço implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Decreto Municipal nº. 4157/2016 e suas alterações.

6 - A Ata de Registro de Preço não obriga o Município a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

6.1 - A critério do Município, obedecida a ordem de classificação, os fornecedores, cujo(s)



preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na ARP, será(ão) convocado(s) pela Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial e/ou Gerencia de Controle de Veículos Oficiais, mediante Ordem de Serviço, para disponibilizar os produtos na forma e prazos previstos, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, ao Edital e à ARP.

7 – O aviso dos preços registrados será publicado trimestralmente na Imprensa Oficial e a relação dos preços será disponibilizada no site oficial www.patosdeminas.mg.gov.br e no Placard, para orientação da Administração. A Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial promoverá semestralmente pesquisa de preços visando verificar se os preços registrados são compatíveis com a dinâmica do mercado, devendo ser formalizado por escrito e anexado à Ata de Registro de Preços.

8 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivos superveniente, a Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.1 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades.

8.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço registrado em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, mediante petição a ser protocolizada no Setor de Protocolo, à Rua Dr. Jose Olympio de Melo nº 151, bairro Eldorado, Patos de Minas/MG, dirigida à Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial.

10 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.1– Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se for confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

10.2– Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3 – Ressalvada a possibilidade de Reequilíbrio Economico Financeiro conforme item 2.2 deste título.

10.3.1 – Nesta hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar



por cancelar a Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

11 - Cancelados os registros, a Diretoria Suprimentos e Controle Patrimonial de poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

11.1- Não havendo êxito nas negociações e não existindo mais preços registrados, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preço relativamente ao item ou lote que restar frustrado, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12 - O preço registrado poderá ser cancelado ou suspenso pelo Município, mediante comunicação formalizada por correspondência com aviso de recebimento ou mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, assegurado o contraditório e da ampla defesa, nos seguintes casos:

12.1- O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;

12.2- O fornecedor não assinar Ata decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;

12.3- O fornecedor der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços;

12.4- Em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata decorrente do registro de preços;

12.5- O fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados pelo mercado; e,

12.6 - Por razões de interesse público.

12.7 O cancelamento do Registro de Preço nas hipóteses previstas nas subcondições 12.1 a 12.8 será formalizado por despacho do órgão gerenciador assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.9 – O cancelamento do Registro de Preço poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado:

12.9.1 – Por razão de interesse Público; ou

12.9.2 – A pedido do fornecedor.

12.10 – Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem na alteração da Ata de



Registro de Preço, concluído os procedimentos de ajuste, o órgão gerenciador fará o devido apostilamento na Ata e informará aos fornecedores a nova ordem de classificação.

12.11 – A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente por decurso do prazo de sua vigência.

13 - A Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial deverá realizar o controle dos serviços executados, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

14 - Na hipótese de se atingir o limite inicialmente estimado na ARP para contratação, o Município, para atender a seus interesses, poderá aumentar quantitativos, anotando-os, na própria ARP, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

15 - Os fornecedores que tiverem seus preços registrados deverão designar um representante como responsável pela ARP junto ao Município.

16 - A Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial poderá, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que tiverem seus preços registrados a substituição do responsável, caso o mesmo não conduza de forma satisfatória a administração da ARP e das contratações dela decorrentes.

17 - A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da Ata pela Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

18 - O Município não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, na Ata ou Termo de Referência.

19 - O acompanhamento e a fiscalização da Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial e/ou Gerência do Almoxarifado Central não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

XX - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante;

1.1 - Anexo I – Projetos Básico/Termos de Referência;

1.2 - Anexo II - Proposta de Preços;



1.3 - Anexo III - Modelo de Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

1.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

1.5 – Anexo V – Minuta de Contrato;

1.6 – Anexo VI – Vedação de Consórcio;

1.7 – Anexo VII – Declaração Referente à Habilitação.

2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a ata ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), este(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

6 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7 - O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo(a) Pregoeiro(a) ou Equipe de Apoio;



7.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

8 - As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no “Minas Gerais”, Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93 e divulgadas no *site* www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes.

9 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

10 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Patos de Minas revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

11 - Para atender a seus interesses, o Município de Patos de Minas poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12 - O Município de Patos de Minas poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Patos de Minas-MG.

Patos de Minas, 12 de abril de 2019.

JOSÉ MARTINS COELHO

Secretário Municipal de Administração – Autoridade Competente

JULIANA SILVA CAIXETA

Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019
PROCESSO Nº 98/2019
PROTOCOLO: 5.931**

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição parcelada de material gráfico (blocos de receiptários, laudos, etc...) para atender aos diversos setores do Município de Patos de Minas.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A aquisição em referência visa atender a necessidade de utilização de impressos pelos diversos setores do Município, reduzindo os custos com impressões.

3. QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PREÇO MÉDIO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UN.
1	34895	BLOCO DE RECEITUÁRIO, 50X1, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 75G, COM ACABAMENTO COLADO, MEDINDO 21 X 15 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA E COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	13.425	R\$ 2,018
2	35409	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE FÉRIAS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 56G, MEDINDO 20 X 23 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	120	R\$ 5,801
3	35413	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	650	R\$ 7,080
4	35415	BLOCO DE LAUDO DE SOLICITAÇÃO / AUTORIZAÇÃO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 20,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	125	R\$ 7,498



5	35416	BLOCO DE OCORRÊNCIA DE PONTO 03, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 20,5 X 30 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	260	R\$ 7,675
6	35418	BLOCO DE PEDIDO DE EXAMES ESPECIALIZADOS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET63G, MEDINDO 15,5 X 21,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	700	R\$ 4,483
7	35420	BLOCO DE PROTOCOLO PARA MALOTES 01, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL JORNAL 50G, MEDINDO 15,5 X 18 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	1.300	R\$ 3,412
8	35422	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 63G E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL SUPER BOND 50G AZUL, MEDINDO 15,5 X 18,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, GRAMPEADO E 1 VIA PICOTADA, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	1.600	R\$ 4,107
9	35423	BLOCO DE RELATÓRIO DE ATENDIMENTO E TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 31 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTAPRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	250	R\$ 7,290
10	35425	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21 X 30,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	100	R\$ 7,803
11	35428	BLOCO DE EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 21 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	1.000	R\$ 10,200
12	35476	BLOCO DE ENCAMINHAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 9,5 X 11 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	450	R\$ 2,114
13	35528	BLOCO DE MEMORANDO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 15,5 X 21CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	200	R\$ 4,363



14	35.698	PAPELETA DE DATA, CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 180G, MEDINDO 7,9 X 11,4 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO	UN	3.000	R\$ 0,075
15	35.699	CARTEIRINHA DE LEITOR, CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 240G, MEDINDO 8,9 X 13,9 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	1.000	R\$ 0,116
16	36.178	PASTA DE PROTOCOLO, CONFECCIONADA EM CARTOLINA AZUL 180G, MEDINDO 33 X 50CM, SEMESCRITA, DOBRADA, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	30.000	R\$ 0,877
17	36712	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 56G, MEDINDO 21,6 X 15,5CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	350	R\$ 3,392
18	36732	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CB 50G BRANCO E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CFB50G AMARELA, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	100	R\$ 16,473
19	36738	BLOCO DE AVISO DE VISITA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 56G, MEDINDO 18,5 X 7,5CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, PICOTADO VERTICALMENTE, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	500	R\$ 1,965
20	36740	FICHA DE VISITA DOMICILIAR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 120G, MEDINDO 13,5 X 9,4CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	30.000	R\$ 0,035
21	36742	BLOCO DE BOLETIM DE CAMPO E LABORATÓRIO LEVANTAMENTO RÁPIDO DE ÍNDICES LIRA, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	100	R\$ 8,730
22	36750	BLOCO DE LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CB 50G BRANCO E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CFB 50G AMARELA, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	445	R\$ 14,010



23	36757	BLOCO DE GUIA DE ENCAMINHAMENTO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, PICOTADO HORIZONTALMENTE, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	870	R\$ 7,324
24	36759	BLOCO DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMILIAS NA ÁREA / EQUIPE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 21 X 32CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	250	R\$ 9,645
25	36.764	BLOCO DE AUTO TERMO (VISA), 50X2, 1ª VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CB 50G BRANCO E 2ª VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CF 50G AZUL, MEDINDO 21,5X30CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, NUMERADO (08 DÍGITOS), COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	200	R\$ 15,113
26	36788	CARTÃO DE CONSULTA DA FAMÍLIA, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 160G, MEDINDO 31,5 X 11CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	35.000	R\$ 0,142
27	37.078	FICHA AUTOR/TITULO, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 180G, MEDINDO 8 X 12CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	4.000	R\$ 0,075
28	37.087	FORMULÁRIO/ FICHA DECLARAÇÃO DE RENDA BOLSA FAMÍLIA, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 75G, MEDINDO 21X29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	10.000	R\$ 0,086
29	38.517	FICHA IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTO FOTOGRÁFICO: FORMATO 10, CARTOLINA 180GR, PALHA.	UN	4.000	R\$ 0,271
30	38575	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, PICOTA DO AO MEIO, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	1.000	R\$ 7,650
31	38576	BLOCO FICHA DE TRATAMENTO PERI FOCAL VETORIAL ESPECIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, PICOTADO AO MEIO, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	150	R\$ 8,113
32	38578	BLOCO DE CONSOLIDADO PARCIAL DOS EXTRATOS - LIRA (SUPERVISORES) DO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, FRENTE E VERSO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	150	R\$ 9,246



33	38594	BLOCO DE ITINERÁRIO SEMANAL DE TRABALHO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E CONTROLE DA DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1 X1, TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	80	R\$ 9,398
34	38595	BLOCO DE RESUMO SEMANAL DE PESQUISA ENTOMOLÓGICA E TRATAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E CONTROLE DA DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	200	R\$ 8,240
35	38.837	CONVITE 21X31 CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA EM COUCHÊ FOSCO, 230 OU 240 GR, DOBRA, FOTOLITO INCLUSO.	UN	350	R\$ 2,210
36	38.838	CRACHÁ 11X15,5 CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA EM COUCHÊ FOSCO 230 OU 240 GR, COM CORDÃO	UN	350	R\$ 1,550
37	38.839	CERTIFICADO 21X31 CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA EM COUCHÊ FOSCO 230 OU 240GR, FOTOLITO INCLUSO.	UN	350	R\$ 1,907
38	41353	FICHA DE TAMPA DE CAIXA D ÁGUA DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 120G, MEDINDO 15 X 10 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	10.000	R\$ 0,047
39	41356	BLOCO DE FOLHA DE PRODUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	200	R\$ 7,975
40	42.039	PASTA ABERTA 23 X 31 CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA TRIPLEX, 250 GR, BOLSO 12 X 22 CM, ARTE FINAL E FOTOLITO INCLUSOS	UN	350	R\$ 2,600
41	42.052	BOLSO DE LIVRO, CONFECCIONADO EM CARTOLINA AMARELA 180G, MEDINDO 9 X 10,2 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	1.000	R\$ 0,181
42	42835	FICHA ROTEIRO DE SUPERVISÃO DE CAMPO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA DENGUE, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 20,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSO E COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	10.000	R\$ 0,087
43	42.882	PAPEL A4 VERGÊ DIAMANTE, 90G, 4X0 CORES DE IMPRESSÃO, COM TIMBRE DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, CONFORME MODELO ANEXO.	UN	10.000	R\$ 0,500



44	44521	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO ESCOLAR, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 15X21 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ACABAMENTO COLADO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	1.000	5,767
45	44524	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE PSICOTRÓPICOS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 15,5 X 21 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	2.000	5,667
46	44525	BLOCO DE TRANSPORTE DE PACIENTES (AMBULÂNCIA), 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 10,5 X 14,8 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	1.000	4,600
47	44587	BLOCO DIÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 20,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSO E COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	50	R\$ 8,211
48	44588	BLOCO LEVANTAMENTO RÁPIDO DE ÍNDICE DO Aedes Aegypti - LIRA, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	60	R\$ 8,429
49	44589	BLOCO REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, FRENTE E VERSO, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO	BL	1000	R\$ 7,795
50	44595	FORMULÁRIO/FICHA CARTÃO ESPELHO IMUNIZAÇÃO, CONFECCIONADO EM CARTOLINA 180G, MEDINDO 13,5 X20,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	10.000	R\$ 0,108
51	44604	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO AO MORADOR ENTRAR EM CONTATO PARA AGENDAR VISITA - DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 10,5 X 8CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	60	R\$ 4,815
52	44890	BOLETIM DIÁRIO DE SERVIÇO ANTIVETORIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 56G, MEDINDO 21,5X29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ACABAMENTO COLADO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	BL	500	R\$ 6,800



53	44891	RESUMO SEMANAL DE SERVIÇO ANTIVETORIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 56G, MEDINDO 21,5X29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ACABAMENTO COLADO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO	UN	600	R\$ 7,085
54	49.516	FORMULÁRIO/ FOLHA CARTA PARA ALVARÁS DA VISA, CONFECCIONADO EM PAPEL COUCHÉ DIAMANTE 115G, MEDINDO 21 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 4X0 TINTA ESCALA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	UN	1.000	R\$ 0,470
55	49.680	PRONTUÁRIO DE ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE, MEDINDO 21 X 29,7 CM, CAPA: PAPEL CARTÃO SUPREMO 250G – 4/4 CORES, MIOLO: PAPEL AP 90G – 4/4 CORES, ACABAMENTO:CANOA, 2 GRAMPOS	UN	1.000	R\$ 8,703

Os arquivos com as informações necessárias à confecção dos produtos, conforme disposto neste Termo, bem como desenho/arte final será fornecida à contratada pela Prefeitura de Patos de Minas, com a autorização de compras e serviços.

A licitante vencedora deverá apresentar dentro de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da autorização de compras e serviços, modelo provisório para aprovação/verificação pelos setores do Município de Patos de Minas.

APÓS A APROVAÇÃO DO MODELO PROVISÓRIO, A CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR A ENTREGA DOS GRÁFICOS, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS DA APROVAÇÃO DO MODELO.

Os modelos dos materiais gráficos estarão disponíveis no site www.patosdeminas.mg.gov.br, no portal da transparência e no site www.licitanet.com.br.

4. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Na elaboração da proposta de preço deverá ser observado os preços de referência dos lotes/itens, constantes deste Termo de Referência, extraído de pesquisa de preços de mercado, não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

A proposta de preço deverá ser apresentada conforme exigido no edital.

Em cumprimento ao artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, todos os itens serão destinados às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas.



5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por item, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste termo e posteriormente no Edital e seus anexos.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar a entrega dos produtos de acordo com o especificado neste termo e no contrato/instrumento equivalente.
2. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato/instrumento equivalente;
3. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;
4. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;
5. Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
6. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os art. 14 e 20;
7. Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;
8. Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega dos produtos seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial;
9. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;



10. Prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;
11. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos contratados.
12. Fornecer condições que possibilitem a entrega dos produtos, a partir da data da solicitação emitida pela Gerência de Compras;
13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
14. Comunicar ao Almoxarifado, por escrito, no prazo máximo de 24h que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, informando os motivos que o impossibilitam do cumprimento.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do registro de preço, podendo sustar ou recusar o produto em desacordo com as especificações;
2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;
3. Fiscalizar se o produto está sendo entregue conforme as especificações e exigências estabelecidas no registro de preço;
4. Emitir nota de empenho em favor da Contratada;
5. Realizar o pagamento dos serviços prestados, nos termos deste termo.
6. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a empresa vencedora entregar fora das especificações deste termo;
7. Efetuar o pagamento, até o 30º (trigésimo) dia, após a data do recebimento do documento de cobrança, devidamente atestada pela Gerência de Compras, ficando o pagamento condicionado à situação fiscal da empresa.

8. CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA



1. A solicitação de entrega será feita pelo Almoarifado Central, através da autorização de compras e serviços, acompanhada ou não, por ofício devidamente assinado pelo responsável. Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação da Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue.
2. As entregas deverão ser feitas em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, após a expedição da solicitação. Constatando-se qualquer irregularidade e/ou deficiência no material entregue, será exigida a sua imediata substituição, considerando-se, para esse efeito, o prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sendo de inteira responsabilidade da fornecedora todos os ônus decorrentes da retirada e reposição do material.
3. O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a má-fé do fornecedor ou a preexistência de defeitos constatados quando de seu uso, conforme disposto na Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).
4. Os materiais deverão ser entregues no Almoarifado Central à Rua Odilon Pessoa, 159, bairro Cidade Nova, segunda a sexta-feira de 07h às 13h oportunidade em que serão devidamente conferidos os volumes, conforme nota fiscal que acompanhará os gráficos.

9. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

As despesas decorrentes com a aquisição dos materiais gráficos, objeto desta licitação, correrão no exercício de **2019** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, **informada pelo órgão requisitante conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias:**

- * Dotação 836/2019 - Conselho Municipal do Idoso / Fonte: 100.000;
- * Dotação 1136/2019 - Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência / Fonte: 100.000;
- * Dotação 797/2019 - Aprimoramento da Gestão do SUAS / Fonte: 01.029.124;
- * Dotação 1057/2019 - Desenvolvimento do CadÚnico / Fonte: 01.029.122;
- * Dotação 415/2019 - Gestão Administrativa / Fonte: 100.000;
- * Dotação 125/2019 - Assistência Jurídica ao Município /Fonte: 100.000;
- * Dotação 2421/2019 - Gestão da Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural /Fonte: 100.000;
- * Dotação 2239/2019 - Gestão da Biblioteca, Teatro e Conservatório Municipal / Fonte: 100.000;



- * Dotação 2283/2019 - Centro de Arte e Esporte Unificado – CEU / Fonte: 100.000;
- * Dotação 4426/2019 - Manutenção da Rede de Serviços de Atenção Básica / Fonte: 01.048.100;
- * Dotação 1680/2019 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento / Fonte: 01.002.000;
- * Dotação 1576/2019 - Manutenção dos Serviços de Especialidades Médicas / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1548/2019 - Manutenção do Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE / Fonte: 01.055.217;
- * Dotação 1744/2019 - Manutenção da Assistência Farmacêutica / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1812/2019 - Manutenção do Programa Permanente de Combate à Dengue / Fonte: 01.050.101;
- * Dotação 1589/2019 - Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1774/2019 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária / Fonte: 01.050.102;

10. DO PAGAMENTO

1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar desta, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, item do contrato, nº do contrato, preço unitário e preço total do(s) objeto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo setor competente da Contratante, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal/Seguridade Social (CND CONJUNTA), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça Trabalhista (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas.

3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

4- A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.



5- As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços e documentos apresentados para habilitação, conforme exigido em edital.

6 - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitarem, com as disposições da Lei 8.666/93.

11. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato será de responsabilidade do servidor Vilmar Antunes dos Reis e da servidora Helaine Cristina dos Reis.

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos/serviços entregues/prestados, se em desacordo com o Contrato.

O gerenciamento do contrato será exercido pelo Gerente de Suprimentos da Saúde.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - AOS LICITANTES:

Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, o ADJUDICATÁRIO que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da



primeira colocada.

2 - À CONTRATADA:

Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;
- e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- f) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a



reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

I. DO CONTRATO

O contrato vigorará por 12 (doze) meses após a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

A Prefeitura reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

Rege-se o objeto deste projeto básico pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº. 8.666/93.

13. DOS SETORES PARTICIPANTES DO PROCESSO

- a) Fundo Municipal de Saúde
- b) Secretaria Municipal de Administração
- c) Advocacia Geral do Município
- d) Fundo Municipal de Assistência Social
- e) Fundo Municipal do Idoso
- f) Fundo Municipal do Patrimônio Cultural
- g) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Patos de Minas, 10 de abril de 2019.

Álvaro Guilherme Rocha

Diretor de Suprimentos e Controle Patrimonial



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2019
PROTOCOLO: 5.931**

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone :

Fax :

e-mail :

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Identidade:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

e-mail:



LOTE	EXCLUSIVO ME/EPP AMPLA CONCORRENCIA	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	EXCLUSIVO ME/EPP	34895	13.425	BL	BLOCO DE RECEITUÁRIO, 50X1, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 75G, COM ACABAMENTO COLADO, MEDINDO 21 X 15 CM , COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA E COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
2	EXCLUSIVO ME/EPP	35409	120	BL	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE FÉRIAS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 56G, MEDINDO 20 X 23 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
3	EXCLUSIVO ME/EPP	35413	650	BL	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
4	EXCLUSIVO ME/EPP	35415	125	BL	BLOCO DE LAUDO DE SOLICITAÇÃO / AUTORIZAÇÃO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 20,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
5	EXCLUSIVO ME/EPP	35416	260	BL	BLOCO DE OCORRÊNCIA DE PONTO 03, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 20,5 X 30 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
6	EXCLUSIVO ME/EPP	35418	700	BL	BLOCO DE PEDIDO DE EXAMES		



					ESPECIALIZADOS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET63G, MEDINDO 15,5 X 21,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
7	EXCLUSIVO ME/EPP	35420	1.300	BL	BLOCO DE PROTOCOLO PARA MALOTES 01, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL JORNAL 50G, MEDINDO 15,5 X 18 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
8	EXCLUSIVO ME/EPP	35422	1.600	BL	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 63G E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL SUPER BOND 50G AZUL, MEDINDO 15,5 X 18,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, GRAMPEADO E 1 VIA PICOTADA, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
9	EXCLUSIVO ME/EPP	35423	250	BL	BLOCO DE RELATÓRIO DE ATENDIMENTO E TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 31 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTAPRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
10	EXCLUSIVO ME/EPP	35425	100	BL	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21 X 30,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
11	EXCLUSIVO ME/EPP	35428	1.000	BL	BLOCO DE EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 21 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO		



					COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
12	EXCLUSIVO ME/EPP	35476	450	BL	BLOCO DE ENCAMINHAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 9,5 X 11 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
13	EXCLUSIVO ME/EPP	35528	200	BL	BLOCO DE MEMORANDO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 15,5 X 21CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
14	EXCLUSIVO ME/EPP	35.698	3.000	UN	PAPELETA DE DATA, CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 180G, MEDINDO 7,9 X 11,4 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO		
15	EXCLUSIVO ME/EPP	35.699	1.000	UN	CARTEIRINHA DE LEITOR, CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 240G, MEDINDO 8,9 X 13,9 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
16	EXCLUSIVO ME/EPP	36.178	30.000	UN	PASTA DE PROTOCOLO, CONFECCIONADA EM CARTOLINA AZUL 180G, MEDINDO 33 X 50CM, SEMESCRITA, DOBRADA, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
17	EXCLUSIVO ME/EPP	36712	350	BL	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 56G, MEDINDO 21,6 X 15,5CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
18	EXCLUSIVO ME/EPP	36732	100	BL	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CB 50G BRANCO E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CFB50G AMARELA,		



					MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTEEFOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
19	EXCLUSIVO ME/EPP	36738	500	BL	BLOCO DE AVISO DE VISITA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 100X1, CONFECCIONADO EMPAPEL SULFITE 56G, MEDINDO 18,5 X 7,5CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, PICOTADO VERTICALMENTE, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
20	EXCLUSIVO ME/EPP	36740	30.000	UN	FICHA DE VISITA DOMICILIAR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 120G, MEDINDO 13,5 X 9,4CM, COM ESCRITA EM COR1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
21	EXCLUSIVO ME/EPP	36742	100	BL	BLOCO DE BOLETIM DE CAMPO E LABORATÓRIO LEVANTAMENTO RÁPIDO DE ÍNDICES LIRA, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
22	EXCLUSIVO ME/EPP	36750	445	BL	BLOCO DE LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPELEXTRA COPY CB 50G BRANCO E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CFB 50G AMARELA, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
23	EXCLUSIVO ME/EPP	36757	870	BL	BLOCO DE GUIA DE ENCAMINHAMENTO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, PICOTADO		



					HORIZONTALMENTE, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
24	EXCLUSIVO ME/EPP	36759	250	BL	BLOCO DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMILIAS NA ÁREA / EQUIPE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 21 X 32CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
25	EXCLUSIVO ME/EPP	36.764	200	BL	BLOCO DE AUTO TERMO (VISA), 50X2, 1ª VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CB 50G BRANCO E 2ª VIA CONFECCIONADA EM PAPEL EXTRA COPY CF 50G AZUL, MEDINDO 21,5X30CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, NUMERADO (08 DÍGITOS), COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
26	EXCLUSIVO ME/EPP	36788	35.000	UN	CARTÃO DE CONSULTA DA FAMÍLIA, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 160G, MEDINDO 31,5 X 11CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
27	EXCLUSIVO ME/EPP	37.078	4.000	UN	FICHA AUTOR/TÍTULO, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 180G, MEDINDO 8 X 12CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
28	EXCLUSIVO ME/EPP	37.087	10.000	UN	FORMULÁRIO/ FICHA DECLARAÇÃO DE RENDA BOLSA FAMÍLIA, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 75G, MEDINDO 21X29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
29	EXCLUSIVO ME/EPP	38.517	4.000	UN	FICHA IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTO FOTOGRÁFICO: FORMATO 10, CARTOLINA 180GR, PALHA.		
30	EXCLUSIVO ME/EPP	38575	1.000	BL	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM		



					ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, PICOTA DO AO MEIO, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
31	EXCLUSIVO ME/EPP	38576	150	BL	BLOCO FICHA DE TRATAMENTO PERI FOCAL VETORIAL ESPECIAL, 100X1, CONFECCIONADO EMPAPEL OFF SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA,COM ARTE E FOTOLITO IN CLUSOS, PICOTADO AO MEIO, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
32	EXCLUSIVO ME/EPP	38578	150	BL	BLOCO DE CONSOLIDADO PARCIAL DOS EXTRATOS - LIRA (SUPERVISORES) DO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, FRENTE E VERSO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
33	EXCLUSIVO ME/EPP	38594	80	BL	BLOCO DE ITINERÁRIO SEMANAL DE TRABALHO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E CONTROLE DA DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1 X1, TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
34	EXCLUSIVO ME/EPP	38595	200	BL	BLOCO DE RESUMO SEMANAL DE PESQUISA ENTOMOLÓGICA E TRATAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E CONTROLE DA DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G,MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITOINCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, FRENTE E VERSO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
35	EXCLUSIVO ME/EPP	38.837	350	UN	CONVITE 21X31 CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA EM COUCHÉ FOSCO, 230 OU		



					240 GR,DOBRA, FO- TOLITO INCLUSO.		
36	EXCLUSIVO ME/EPP	38.838	350	UN	CRACHÁ 11X15,5 CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA EM COUCHÊ FOSCO 230 OU 240 GR, COM CORDÃO		
37	EXCLUSIVO ME/EPP	38.839	350	UN	CERTIFICADO 21X31 CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA EM COUCHÊ FOSCO 230 OU 240GR, FOTOLITO INCLUSO.		
38	EXCLUSIVO ME/EPP	41353	10.000	UN	FICHA DE TAMPA DE CAIXA D ÁGUA DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 120G, MEDINDO 15 X 10 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
39	EXCLUSIVO ME/EPP	41356	200	BL	BLOCO DE FOLHA DE PRODUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE E COMBATE À DENGUE,100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 21,5 X 29,7 CM, COM ESCRITAEMCOR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
40	EXCLUSIVO ME/EPP	42.039	350	UN	PASTA ABERTA 23 X 31 CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA, FOLHA TRIPLEX, 250 GR, BOLSO12 X 22 CM, ARTE FINAL E FOTOLITO INCLUSOS		
41	EXCLUSIVO ME/EPP	42.052	1.000	UN	BOLSO DE LIVRO, CONFECCIONADO EM CARTOLINA AMARELA 180G, MEDINDO 9 X 10,2 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
42	EXCLUSIVO ME/EPP	42835	10.000	UN	FICHA ROTEIRO DE SUPERVISÃO DE CAMPO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA DENGUE, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 20,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSO E COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
43	EXCLUSIVO ME/EPP	42.882	10.000	UN	PAPEL A4 VERGÊ DIAMANTE, 90G, 4X0 CORES DE IMPRESSÃO, COM TIMBRE DO MUNICÍPIO		



					DE PATOS DE MINAS, CONFORME MODELO ANEXO.		
44	EXCLUSIVO ME/EPP	44521	1.000	BL	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO ESCOLAR, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 75G, MEDINDO 15X21 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ACABAMENTO COLADO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
45	EXCLUSIVO ME/EPP	44524	2.000	BL	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE PSICOTRÓPICOS, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 15,5 X 21 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
46	EXCLUSIVO ME/EPP	44525	1.000	BL	BLOCO DE TRANSPORTE DE PACIENTES (AMBULÂNCIA), 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 75G, MEDINDO 10,5 X 14,8 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTEE FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
47	EXCLUSIVO ME/EPP	44587	50	BL	BLOCO DIÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 63G, MEDINDO 20,5 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSO E COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
48	EXCLUSIVO ME/EPP	44588	60	BL	BLOCO LEVANTAMENTO RÁPIDO DE ÍNDICE DO AEDES AEGYPTI - LIRA, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
49	EXCLUSIVO ME/EPP	44589	1000	BL	BLOCO REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, FRENTE E VERSO, MEDINDO 21 X 29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO		



					INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO		
50	EXCLUSIVO ME/EPP	44595	10.000	UN	FORMULÁRIO/FICHA CARTÃO ESPELHO IMUNIZAÇÃO, CONFECCIONADO EM CARTOLINA 180G, MEDINDO 13,5 X20,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
51	EXCLUSIVO ME/EPP	44604	60	BL	BLOCO DE FICHA DE SOLICITAÇÃO AO MORADOR ENTRAR EM CONTATO PARA AGENDAR VISITA - DENGUE, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 10,5 X 8CM, COM ESCRITA EM COR 1X1 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
52	EXCLUSIVO ME/EPP	44890	500	BL	BOLETIM DIÁRIO DE SERVIÇO ANTIVETORIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 56G, MEDINDO 21,5X29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ACABAMENTO COLADO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
53	EXCLUSIVO ME/EPP	44891	600	UN	RESUMO SEMANAL DE SERVIÇO ANTIVETORIAL, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL OFF-SET 56G, MEDINDO 21,5X29,7CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ACABAMENTO COLADO, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO		
54	EXCLUSIVO ME/EPP	49.516	1.000	UN	FORMULÁRIO/ FOLHA CARTA PARA ALVARÁS DA VISA, CONFECCIONADO EM PAPEL COUCHÉ DIAMANTE 115G, MEDINDO 21 X 29,7 CM, COM ESCRITA EM COR 4X0 TINTA ESCALA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.		
55	EXCLUSIVO ME/EPP	49.680	1.000	UN	PRONTUÁRIO DE ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE, MEDINDO 21 X 29,7 CM, CAPA: PAPEL CARTÃO SUPREMO 250G - 4/4 CORES, MIOLO: PAPEL AP 90G - 4/4 CORES, ACABAMENTO:CANOA, 2 GRAMPOS		



Valor Total: R\$ _____ (_____)

Validade da Proposta / /
(no mínimo em 60 dias)

Observações:

- Processo sublimação total profissional;
- Somente serão aceitas propostas com no máximo 03 (três) casas decimais, sob pena de desclassificação;
- Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência.
- O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento dos materiais, bem como encargos sociais, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes e tributos, e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.
- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme art.9 da lei 8.666/93 e art. 31 da lei orgânica do Município de Patos de Minas) e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

•Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

Data: / /

Assinatura:

Carimbo Padronizado



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

**ANEXO III – DECLARAÇÃO (DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019
PROCESSO Nº 98/2019
PROTOCOLO: 5.931**

Declaramos para os devidos fins de comprovação junto ao Município de Patos de Minas, que cumprimos as disposições referentes ao Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal.

Patos de Minas, de de

Razão Social do Licitante:

.....

CNPJ:

Nome do Representante Legal:

.....

Assinatura:

.....

CPF:



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019

PROCESSO Nº 98/2019

PROTOCOLO 5.931

A EMPRESA
, sediada a
 Rua....., nº.....,
 Bairro....., CEP.....,
 em..... estado, inscrita no CNPJ sob nº
, neste ato representada pelo(a) Sr(a).
, portador(a) da Carteira de
 Identidade nº, inscrito(a) no CPF sob
 nº....., DECLARA, sob as penalidades da lei, que se
 enquadra como..... (MICRO EMPRESA?, EMPRESA DE PEQUENO PORTE?) nos
 termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta
 a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em
 nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º do artigo 3º da Lei
 Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Patos de Minas, _____ de _____ de _____.

Razão Social:

CNPJ.....

Nome Representante Legal

CPF

- Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Assinatura do Representante Legal

CARIMBO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 98/2019
PROTOCOLO Nº 5.931**

**MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO
PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO (BLOCOS
DE RECEITUÁRIOS, LAUDOS, ETC.) PARA
ATENDER AOS DIVERSOS SETORES DO
MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, QUE ENTRE SI
FAZEM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A
EMPRESA/LICITANTE.....**

(PODERÁ SER MODIFICADO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO ao interesse público)

Aos ...dias do mês de do ano de, sede do Município de Patos de Minas, situada a Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado, nesta cidade, compareceram de um lado, o Sr. José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, solteiro, economista, CPF nº 001.482.701-82, residente e domiciliado à Rua Olegário Maciel, nº 298, Bairro: Centro, CEP 38.700-122 no uso das atribuições que a permitem representar o Município de Patos de Minas, CNPJ n.º 18.602.011/0001-07, e doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa/Licitante, CNPJ/ CPF nº, estabelecida na cidade de na, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF nº, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº, órgão expedidor, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do Processo nº 098 de 12 de abril de 2019, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/Julho/2002, Lei Estadual nº 14.167 de 10/Janeiro/2002, Decretos Municipais nº 4.288 de 12-04-17, 4.281 de 30-03-17 e 4.157 de de 11/05/2016 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO para **Aquisição parcelada de material gráfico (blocos de receiptuários, laudos, etc.) para atender aos diversos setores do município de Patos de Minas.**

Parágrafo primeiro – É facultado à CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do parágrafo 1º, do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme parágrafo primeiro, do Artigo 65, da Lei n.º 8666/93.

Parágrafo terceiro – A aquisição/prestação dos produtos/serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 98 de 12 de abril de 2019, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

- a) Pregão Eletrônico Nº 33/2019;
- b) Proposta e Documentos que o acompanham, firmados pela CONTRATADA e apresentados à CONTRATANTE, na data de abertura dos envelopes do respectivo processo licitatório.

Parágrafo quarto – O produto/serviço ora adquirido foi objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei 10.520/02 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, sob a modalidade mencionada na alínea “a” do parágrafo 3.º desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar o produto/serviço em desacordo com as especificações;
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega/realização do produto/serviço;
- c) Fiscalizar se os produtos/serviços estão sendo entregues/prestados conforme as especificações e exigências estabelecidas no contrato/ata;



- d) Emitir Nota de empenho em favor da Contratada;
- e) Realizar o pagamento dos materiais/serviços, nos termos do contrato/ata.
- f) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato/ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;
- c) Entregar/Prestar os objetos/serviços no local e prazo estipulado;
- d) Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato/ata;
- f) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/ata;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/ata;
- h) Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato/ata a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;
- j) Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/ata;
- k) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no



desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

l) Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.

m) Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

O presente contrato vigorará da data de assinatura **até** ____/____/____, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$_____ (_____) pela entrega/prestação do produto/serviço, referente ao ITEM/LOTE_____.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Patos de Minas e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:



- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;
- e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato/ata poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente contrato/ata terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do Art.61, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato/Ata e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.



CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A gestão da ata de registro de preços será realizada pelo(a) Gerente de Suprimentos da Saúde.

A fiscalização dos serviços serão responsabilidades dos servidores Vilmar Antunes dos Reis e Helaine Cristina dos Reis. neste ato denominados fiscais, os quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93).

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o produto/serviço entregue/prestado, se em desacordo com o Contrato/Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, nº e modalidade de licitação, nº do item, nº do contrato/instrumento equivalente, preço unitário e preço total do(s) produto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal (CND conjunta), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça do Trabalho (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

Parágrafo primeiro - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do demonstrativo da entrega/prestação dos produtos/serviços, de acordo com as obrigações estabelecidas na Cláusula Terceira.

Parágrafo segundo - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

Parágrafo Terceiro - Somente serão efetuados os pagamentos, às Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato ou instrumento equivalente.



Parágrafo quarto - As Notas Fiscais deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua proposta de preços (Anexo II do edital) e documentos apresentados para habilitação, conforme exigidos em edital.

Parágrafo quinto - Os valores serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da lei 10.192/2001 e, no que com ela não conflitam, com as disposições da Lei 8.666/93.

Parágrafo sexto - O reequilíbrio econômico financeiro desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

a) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos serviços, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

b) O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

c) Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RETENÇÕES (SE FOR O CASO)

Parágrafo primeiro - PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de



serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

Parágrafo segundo - Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se à recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da empresa CONTRATANTE e CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois.

Parágrafo terceiro - Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras das Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Parágrafo quarto - A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

Parágrafo quinto – A contratada deverá apresentar planilha que comprove a parte de fornecimento de materiais discriminada na nota fiscal de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO)

Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003, a CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

Parágrafo segundo - A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS



As despesas decorrentes com a aquisição dos materiais gráficos, objeto desta licitação, correrão no exercício de **2019** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, **informada pelo órgão requisitante conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias:**

- * Dotação 836/2019 - Conselho Municipal do Idoso / Fonte: 100.000;
- * Dotação 1136/2019 - Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência / Fonte: 100.000;
- * Dotação 797/2019 - Aprimoramento da Gestão do SUAS / Fonte: 01.029.124;
- * Dotação 1057/2019 - Desenvolvimento do CadÚnico / Fonte: 01.029.122;
- * Dotação 415/2019 - Gestão Administrativa / Fonte: 100.000;
- * Dotação 125/2019 - Assistência Jurídica ao Município /Fonte: 100.000;
- * Dotação 2421/2019 - Gestão da Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural /Fonte: 100.000;
- * Dotação 2239/2019 - Gestão da Biblioteca, Teatro e Conservatório Municipal / Fonte: 100.000;
- * Dotação 2283/2019 - Centro de Arte e Esporte Unificado – CEU / Fonte: 100.000;
- * Dotação 4426/2019 - Manutenção da Rede de Serviços de Atenção Básica / Fonte: 01.048.100;
- * Dotação 1680/2019 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento / Fonte: 01.002.000;
- * Dotação 1576/2019 - Manutenção dos Serviços de Especialidades Médicas / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1548/2019 - Manutenção do Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE / Fonte: 01.055.217;
- * Dotação 1744/2019 - Manutenção da Assistência Farmacêutica / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1812/2019 - Manutenção do Programa Permanente de Combate à Dengue / Fonte: 01.050.101;
- * Dotação 1589/2019 - Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS / Fonte: 01.049.100;
- * Dotação 1774/2019 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária / Fonte: 01.050.102;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Patos de Minas.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de Patos de Minas, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Patos de Minas, de de



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

FISCAL

FISCAL

GESTOR

José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



ANEXO VI – VEDAÇÃO DO CONSORCIO

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 98/2019
PROTOCOLO N° 5.931**

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO (BLOCOS DE RECEITUÁRIOS, LAUDOS, ETC.) PARA ATENDER AOS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS.

Como se depreende do art. 33 da Lei nº 8.666/93 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União:

Acórdão nº 1.240/2008 – TCU – Plenário:

“A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes.”

Acórdão nº 2831/2012 – TCU – Plenário:

“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as



circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.”

Ainda sobre o tema, o Prof. Marçal Justen Filho, assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

O Processo em referência tem por objeto a aquisição parcelada de material gráfico (blocos de receituários, laudos, etc.) para atender aos diversos setores do município de Patos de Minas, objeto este que se enquadra na típica definição de serviço comum, sem complexidade e de pequeno vulto, não se justificando a formação de consórcio.

Patos de Minas, 12 de abril de 2019.

José Martins Coelho
Secretário Municipal de Administração



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Administração

ANEXO VII - DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 98/2019
PROTOCOLO N° 5.931**

DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ
nº....., declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos
os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico nº 33/2019.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal